

Cotação

- Dólar: R\$ 5,71
- Euro: R\$ 6,49



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quarta-feira • 7 de Maio de 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	8 de Maio
• Dia do Oftalmologista • Dia do Silêncio	• Tempo de Recordação e Reconciliação pelos que perderam a vida durante a Segunda Guerra Mundial • Dia do Profissional Marketing • Dia da Vitória • Dia do Artista Plástico • Dia Internacional da Cruz Vermelha

Agenda do dia

Hoje	8 de Maio
• Sem Agenda	• Sem Agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Tamoios News • Radar Litoral • O Vale • Portal Notícias do Litoral • 012 News • Reporter Online Litoral • Litoral em Pauta • Diário Caiçara • Jornal do Litoral

Índice

Política.....	3
Folha de São Paulo.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
O Estado de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
O Estado de São Paulo.....	11
O Estado de São Paulo.....	12
O Estado de São Paulo.....	13
O Estado de São Paulo.....	14
Projeto sobre uso de imóvel público será discutido na sessão ordinária desta terça-feira na Câmara de Caraguatatuba.....	15
Cotidiano.....	16
Folha de São Paulo.....	16
Folha de São Paulo.....	17
Folha de São Paulo.....	18
Folha de São Paulo.....	19
Folha de São Paulo.....	20
O Estado de São Paulo.....	21
O Estado de São Paulo.....	22
Técnicas de cópias fotográficas com luz do sol e pigmentos vegetais é tema de palestra e oficina no Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba.....	23
Obras de contenção de talude e drenagem deixam trânsito com uma faixa no km 77,8 da Serra Antiga da Tamoios.....	24
Centro de Controle de Zoonoses de Caraguatatuba abre 250 vagas do Programa de Castração de cães e gatos na sexta-feira.....	25
Geral.....	26
Incêndio atinge lavanderia de residência em Caraguatatuba.....	26
GCM Caraguatatuba auxilia idosa de 86 anos perdida nas ruas da cidade.....	27
Cultura.....	28
Espaço Hartãt exibe documentário premiado sobre povo indígena Xavante no próximo sábado em Caraguatatuba.....	28
Turismo e Esporte.....	29
Jogos Escolares do Estado de São Paulo começam nesta quinta-feira em Caraguatatuba.....	29
Clipping Eletrônico.....	30
Entrevista com o responsável pela área de dança da Fundacc, Junior Silva, para a TV Câmara.....	30

Política

Folha de São Paulo



O deputado Mário Heringer (PDT-MG) durante reunião de líderes na Câmara Marina Ramos - 3.abr.25/Divulgação Câmara

PDT rompe com governo na Câmara após demissão de Lupi e diz que ficará independente

Partido impõe revés político a Lula e fala em candidatura alternativa em 2026; bancada do Senado diverge e promete continuar na base

BRASÍLIA E SALVADOR A bancada do PDT na Câmara, com 17 deputados, decidiu deixar a base do governo Lula (PT) e discutir candidaturas alternativas para a eleição presidencial de 2026 após a saída de Carlos Lupi do Ministério da Previdência.

O rompimento do partido, aliado do petista desde o começo do mandato, é mais um revés para Lula na relação com o Congresso Nacional, onde mantém alianças instáveis e oposição de parte dos parlamentares de partidos do centrão que integram a Esplanada dos Ministérios.

Sob pressão no governo em razão do escândalo de fraude no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Lupi pediu demissão na sexta (2). Para o lugar dele, Lula nomeou Wolney Queiroz, que era o número 2 na pasta. O partido trata a escolha como pessoal do presidente, já que não foi consultado sobre a substituição.

"Estamos nos colocando em posição de independência", disse o líder do PDT na Câmara, Mário Heringer (MG). "O PDT na eleição anterior ofereceu alternativa para a Presidência e a gente acha que pode oferecer alternativa também para 2026", afirmou.

No Senado, a bancada do PDT divergiu de seus correligionários na Câmara e anunciou que seguirá na base. A decisão foi unânime entre os três senadores do partido: Weverton Rocha (MA), líder do grupo, Ana Paula Lobato (MA) e Leila Barros (DF).

"A decisão foi tomada tendo por base a afinidade da bancada com o governo tanto no projeto de desenvolvimento para o Brasil como na maioria das pautas no Senado. A bancada do Senado respeita a posição da bancada na Câmara dos Deputados e, embora tenha

um posicionamento diferente, reitera que o partido segue unido em defesa dos ideais trabalhistas", disse Weverton em nota.

Em 2022, o PDT lançou à Presidência Ciro Gomes, que ficou em quarto lugar, com apenas 3% dos votos válidos. A sigla apoiou Lula no segundo turno.

A decisão de sair da base do governo foi tomada em reunião dos deputados do partido com Lupi na manhã desta terça-feira (6). Ciro não participou do encontro.

A ministra Gleisi Hoffmann (PT), da SRI (Secretaria de Relações Institucionais), conversou com Heringer na segunda (5) e pretende se encontrar com toda a bancada nos próximos dias para tentar reverter a posição. "Respeitamos o posicionamento da bancada e seguimos dialogando com o PDT, contando com o apoio do partido nas matérias de interesse do país", afirmou ela após a decisão da sigla.

Apesar de Lupi e Wolney serem do PDT, a troca incomodou o partido, que argumenta que o ex-ministro não é citado na investigação da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União sobre fraudes do INSS.

Lupi, porém, discordou abertamente de Lula ao defender que o ex-presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, alvo da operação, não deveria deixar o cargo após a operação policial.

Na reunião, Lupi se mostrou sentido com a demissão, recebeu a solidariedade dos colegas, mas pediu aos deputados que não estimulassem publicamente a candidatura de Ciro Gomes.

Na sequência, fez uma metáfora na qual comparou o ex-presidente a uma fagulha, que pode incendiar e levar o partido a uma nova candidatura em 2026.

Nesta terça, Ciro participou de uma reunião na Assembleia Legislativa do Ceará na qual defendeu a união das oposições ao PT no estado, incluindo bolsonaristas. Em entrevista, criticou a demissão de Lupi e defendeu o desembarque do PDT do governo.

Apesar de deixar a base, deputados do PDT dizem que a postura não será de oposição, mas de apoio a projetos de interesse do país e às pautas defendidas pela centro-esquerda. No grupo de WhatsApp da bancada, a versão de que eles deixarão de votar com o governo foi contestada.

A ideia é repetir o posicionamento de outras siglas que têm cargos na Esplanada, mas dizem que são independentes e não compõem oficialmente a base do governo, como PP — que tem André Fufuca no Ministério dos Esportes —, União Brasil — com Celso Sabino (Turismo), Waldez Góes (Integração) e Siqueira Filho (Comunicações) — e Republicanos — sigla de Silvío Costa Filho (Portos e Aeroportos).

Os deputados do PDT, inclusive, dizem nos bastidores que não pretendem abrir mão dos cargos indicados por eles no Executivo. Além de nomeações no Ministério da Previdência e no INSS, a sigla possui a Vice-Presidência Pessoas da Caixa Econômica Federal.

Essas siglas, sobretudo o União Brasil, costumam votar junto com o governo em projetos da área econômica, mas também ajudam a oposição a, por exemplo, conseguir assinaturas para a CPI do INSS na Câmara ou aprovar projetos da pauta de costumes.

Heringer afirma que agora o apoio a projetos do governo será discutido caso a caso.

João Gabriel, Raphael Di Cunto, João Pedro Pitombo e Thaís Oliveira

Folha de São Paulo

Agência contratada pelo governo faz serviços em conta pessoal de ministro

Empresa nega gerir perfil de Silvio Costa Filho; ministério diz fazer divulgação da pasta

José Marques, Lucas Marchesini e Mateus Vargas

BRASÍLIA A agência de publicidade Filadélfia Comunicação prestou serviços a redes pessoais do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), no período em que recebia verba pública para administrar as contas institucionais da pasta comandada por ele.

O acordo com o ministério, que prevê R\$ 3,8 milhões em serviços de comunicação digital por dez meses, não inclui a gestão das redes pessoais de Silvio.

A agência ofereceu o mesmo trabalho para, ao menos, o ex-ministro das Comunicações Juscelino Filho, quando ainda estava no governo Lula (PT). Mas, ao contrário de Costa Filho, não há indícios de que o material tenha sido aproveitado por Juscelino.

A Filadélfia tem ligações com figuras do mensalão e, desde o ano passado, tem vencido disputas por contas de comunicação no governo do petista.

Em novembro de 2024, assinou um contrato de R\$ 13,97 milhões para prestar serviços de comunicação digital ao Ministério das Comunicações durante um ano.

A contratação acabou usada não só para campanhas na pasta, mas também para outros órgãos do governo Lula, como o Ministério de Portos e Aeroportos.

A Filadélfia e o ministério negam que as redes de Silvio sejam administradas pela agência.

Mas a Folha obteve documentos que apontam que a Filadélfia passou a atuar nas redes pessoais de Silvio. Ela fez uma propos-



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. Pedro Ladeira - 19.out.23/Folhapress

ta da identidade visual e do projeto editorial das contas do ministro no Facebook e no Instagram.

Os novos elementos visuais passaram a integrar as publicações do Instagram do ministro ao menos desde 27 de fevereiro.

A reportagem também obteve imagens de aplicativos de tarefas usados no ministério, com publicações em elaboração ou finalizadas para as redes sociais de Silvio.

Parte do conteúdo foi postado nessas redes. As pessoas que participam dessas tarefas no aplicativo interno são as mesmas da equipe da agência que trabalha nos serviços ao ministério.

Ou seja, a mesma equipe contratada com verba federal lidava com a conta institucional da pasta

ta e a rede pessoal do ministro.

Os documentos ainda apontam que a agência propôs uma nova marca para o ministro: "Silvio: trabalho, diálogo e mais trabalho". O slogan tem sido usado para promoção pessoal dele, eleito deputado federal por Pernambuco, mas licenciado do cargo.

A mesma proposta sugeria a criação de "Identidade Visual e Projeto Editorial Ministro Silvio" nos "ambientes digitais Facebook/Instagram".

O conceito do projeto da Filadélfia seria inspirado na bandeira de Pernambuco.

No documento, a agência afirma que propôs as mudanças porque via como problema "a falta de unidade visual", que prejudicava

R\$ 3,8 milhões

é o valor do acordo da agência Filadélfia com o Ministério de Portos e Aeroportos para a prestação de serviços digitais pelo período de dez meses

"compreensão dos conteúdos e construção da marca pessoal".

Em relatórios de viagens da equipe da Filadélfia ao ministério, um funcionário diz que captou imagens para as redes do ministro. O documento foi usado para prestar contas dos serviços da agência e receber o aval para pagamento do governo federal.

A Filadélfia também fez a proposta de mudança da identidade visual para as redes do então ministro Juscelino Filho. Ele deixou o cargo após ser denunciado pela PGR (Procuradoria-Geral da República) sob acusação de corrupção passiva e outros crimes relacionados ao desvio de emendas. Ele nega irregularidades.

A Filadélfia Comunicação, sediada em Belo Horizonte, surgiu com outro CNPJ em sociedade dos filhos de Cristiano Paz, sócio da SMP&B, agência que também era de Marcos Valério, usada no esquema de lavagem de dinheiro do mensalão.

A agência, hoje, está sob o nome de Érica Fantini Santos, enteada do advogado José Roberto Moreira de Melo, ex-sócio de Valério. A Filadélfia nega vínculo com a SMP&B ou com Valério e Paz, condenados no escândalo, e diz que Moreira de Melo não atua na gestão da empresa.

Portos e Aeroportos disse que "as ações realizadas têm como objetivo a divulgação do trabalho do ministério e de seus integrantes, incluindo o ministro Silvio Costa Filho, enquanto figura pública".

A Filadélfia disse que "foi apresentada proposta de identidade visual para comunicação digital dos ministérios, segundo o escopo de atuação institucional". E que "não atua e nunca atuou na gestão das redes pessoais dos ministros".

A assessoria do ex-ministro Juscelino Filho afirmou que "a empresa jamais prestou serviços para ele" e que a proposta feita pela Filadélfia "não foi aceita nem executada, não tendo qualquer validade".

Folha de São Paulo

Bolsonaristas querem usar ato para manter pressão por anistia

Thaísa Oliveira

BRASÍLIA Aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pretendem usar manifestação marcada para esta quarta-feira (7) em Brasília para insistir na anistia ampla aos envolvidos na trama golpista, mesmo com a negociação aberta pela cúpula do Congresso para reduzir as penas de parte dos condenados.

Bolsonaristas dizem que o ato mostrará que a oposição segue mobilizada pela anistia, apesar da articulação dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), por uma alternativa.

O ato foi batizado pelos organizadores de “caminhada pacífica pela anistia humanitária”. Deputados federais e senadores foram convocados pelo ex-presidente e pelo pastor Silas Malafaia para participar à tarde do trajeto de cerca de 3 km entre a Torre de TV de Brasília e o Congresso. “Minha expectativa é que tenhamos um ato pacífico, tranquilo, que demonstre a necessidade de reconciliação nacional”, afirma o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN).

Ao ter alta no domingo (4),

após 22 dias de internação para se recuperar de uma cirurgia no intestino, Bolsonaro foi orientado pelos médicos a evitar aglomerações. Apesar disso, ele afirmou pelas redes sociais que vai tentar participar do ato, “se a situação de saúde do momento permitir”.

“Espero que o presidente siga as orientações que foram passadas, de resguardo, pelas próximas três ou quatro semanas. [Ele deve] evitar aglomerações, evitar ficar no meio de muita gente porque isso pode interferir na recuperação da cirurgia”, disse o médico Cláudio Birolini no domingo.

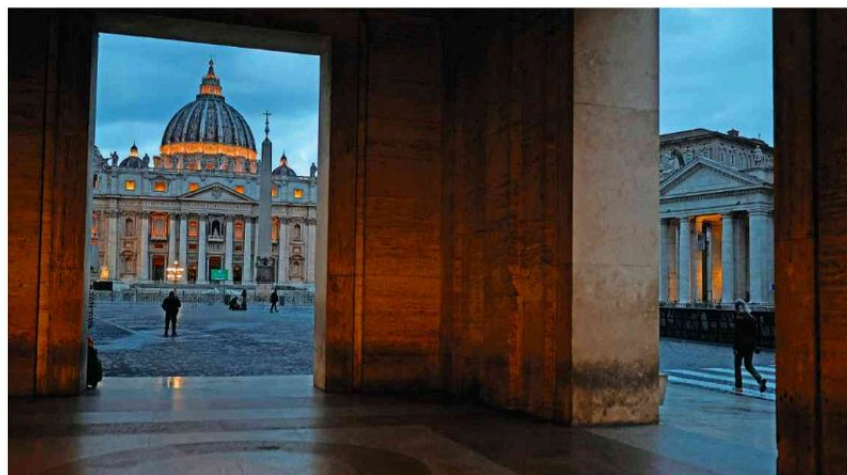
A proposta alternativa à anistia, articulada pelo presidente do Senado, permitiria a aplicação de penas mais baixas para aqueles que estiveram presentes nos atos de 8 de janeiro de 2023, mas não os planejaram nem financiaram. Uma minuta foi elaborada por consultoria do Senado.

O projeto dos bolsonaristas, por sua vez, prevê a anistia a todos os atos passados e futuros ligados aos ataques às sedes dos três Poderes. A pedido de Bolsonaro, o PL agora estuda uma nova versão mais branda do texto, que possivelmente restrinja o perdão aos condenados.

Folha de São Paulo

Direita cresce no catolicismo, dizem analistas, mas papa não afeta 2026

Movimentos da teologia da libertação, alinhados com a esquerda, perdem espaço na Igreja Católica para grupos tradicionalistas, mais identificados com o bolsonarismo



Basilica de São Pedro, no Vaticano, na véspera de início do conclave que elegerá o novo papa Hannah McKay/Reuters

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO Evangélico, o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) tem se dedicado a ler sobre a fé católica. No Instagram, indicou duas recentes descobertas literárias: a biografia de São Josemaria Escrivá, fundador da Opus Dei, e "Um Olhar Que Cura: Terapia das Doenças Espirituais", escrito pelo Padre Paulo Ricardo, que tem 6 milhões de seguidores nas redes. As postagens fizeram tanto sucesso que o Centro Dom Bosco o convidou, em janeiro, para conversar sobre catolicismo.

Em comum, a Opus Dei, o Centro Dom Bosco e o Padre Paulo Ricardo, com atuação semelhante à de Frei Gilson, têm uma visão tradicionalista da religião católica.

Com as publicações, Nikolas acenou a setores da Igreja em que o bolsonarismo, dizem pesquisadores, tornou-se a principal força política, a despeito do pensamento do papa Francisco, morto há duas semanas. Nesse sentido, a escolha do novo sumo pontífice não deve impactar, avaliam, o bolsonarismo crescente entre os católicos e as eleições de 2026.

"Bolsonaristas como Nikolas entenderam que não perderão o voto dos evangélicos. Eles precisam conquistar também os católicos", diz Rodrigo Toniol, professor de antropologia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

A ascensão do bolsonarismo na Igreja, diz Toniol, pôde ser constatada pela reação de setores da comunidade católica brasileira aos posicionamentos progressistas de Francisco, como a acolhida de pessoas LGBTQIA+ e a defesa do desenvolvimento sustentável.

Ele diz que a tendência ao reacionarismo sempre existiu entre os católicos, bem como as apro-

priações políticas da imagem do papa. E que os grupos afeitos às ideias do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) viam um militante de esquerda em Francisco, enquanto movimentos progressistas tentavam explorar politicamente sua autoridade. Lembra, porém, que Francisco, sob o aspecto eclesial, não promoveu reformas nas doutrinas da Igreja.

Em geral, os católicos dividem-se em três grupos, com visões distintas ante o Concílio Vaticano 2º, convocado, nos anos 1960, pelo papa João 23 para atualizar as diretrizes da cúria. Progressistas aceitam o Concílio; conservadores também, mas desejam preservar certos valores. Já tradicionalistas o rejeitam.

Coordenador do Núcleo de Fé e Cultura da PUC-SP, Francisco Borba Ribeiro Neto diz que o bolsonarismo captou uma tendência dos cristãos nos anos 1990.

A época, lembra, era de transformações no país, com modernização da economia e da sociedade, concentrada em áreas urbanas. Isso abalava a fé dos mais pobres, que se voltaram aos fundamentos do catolicismo. Em paralelo, setores da Igreja mais ligados à esquerda entraram em declínio, em especial a teologia da libertação, fundo ideológico de organizações católicas que lutaram contra a ditadura, como a Ação Católica Operária e as Comunidades Eclesiais de Base. Desde então, o contexto social teria mudanças mais profundas.

Afinal, em sete anos, o país terá maioria evangélica, segundo projeção do demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, pesquisador aposentado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE.

"O voto católico ainda tem peso, mas não é quantitativo", diz



O destino do voto católico será decidido caso o atual governo consiga dar respostas para três temas: corrupção, transparência e apoio à família

Francisco Borba Ribeiro Neto
coordenador do Núcleo de Fé e Cultura da PUC-SP



A parcela bolsonarista da Igreja está fazendo mais barulho

Rodrigo Coppe Caldeira
coordenador da pós-graduação em ciência da religião da PUC-Minas



Na ditadura, a religião abarcou os movimentos sociais, mas na democracia não há mais necessidade disso

Filipe Domingues
vaticanista

Borba. "O que tem peso é a palavra católica."

Em contraste com os evangélicos, a definição de voto católico é imprecisa. No país com mais católicos no mundo, essa religiosidade é muito democrática, sendo reivindicada por pessoas que foram batizadas, mas nunca mais pisaram em uma igreja.

"O destino do voto católico será decidido caso o atual governo consiga dar respostas para três temas: corrupção, transparência e apoio à família", diz Borba.

Em 2022, as pesquisas Datafolha feitas antes da eleição mostravam que Lula (PT) tinha maioria entre os católicos. Em abril, apontaram que 53% desse segmento social aprovavam Lula ante 44% que reprovavam.

Coordenador da pós-graduação em ciência da religião da PUC-Minas, Rodrigo Coppe Caldeira aposta na guinada à direita do catolicismo em 2026. "Os fiéis estão indo para a direita", diz. "A parcela bolsonarista da Igreja está fazendo mais barulho."

Ele afirma que o tradicionalismo, identificado com as pautas do ex-presidente, está difundido em diversas correntes católicas. A principal é a Renovação Carismática, que surgiu nos Estados Unidos nos anos 1960 e logo ganhou adeptos por aqui. Uma das distinções do movimento é o pentecostalismo que, em termos práticos, se traduz numa experiência mais emotiva da liturgia, com cânticos, danças e lágrimas.

O vaticanista Filipe Domingues avalia que o novo papa não deve influenciar a política brasileira, mas reconhece o declínio da esquerda na Igreja. "Na ditadura, a religião abarcou os movimentos sociais, mas na democracia não há mais necessidade disso", diz.

Folha de São Paulo

Governo estuda usar dinheiro público e pagar de uma só vez valor descontado de aposentados

Ideia é que Executivo, para acelerar devolução, use artigo da Constituição que trata de danos causados a terceiros e busque ressarcimento com associações fraudadoras; fila seguiria cronograma com base em data de nascimento

Catia Seabra e Mariana Brasil

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda usar dinheiro do Orçamento do Executivo para fazer a devolução dos valores descontados indevidamente de aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Também avalia fazer o ressarcimento de uma única vez ao beneficiário, seguindo um cronograma predefinido, a exemplo do que ocorre com o calendário de pagamentos do instituto. Seria estabelecido um critério para a definição da fila, como a data de nascimento. Ainda não está definido qual será o período de descontos ilegais a ser considerado para restituição.

Segundo a investigação da Polícia Federal e da CGU (Controladoria-Geral da União), descontos não autorizados em aposentadorias e pensões do INSS ganharam força a partir de 2019, no mandato do então presidente Jair Bolsonaro (PL), e atingiram a casa dos bilhões a partir de 2023, no terceiro mandato de Lula.

Entre 2019 e 2024, a soma dos valores descontados de beneficiários chega a R\$ 6,3 bilhões, mas ainda será apurado qual porcentagem é ilegal.

A restituição dependerá de comprovação de que o desconto foi feito sem autorização do beneficiário —o que pode funcionar como regra cronológica para devolução. Essa comprovação de que não houve anuência é um dos pontos delicados do processo, pois os beneficiários podem alegar que foram induzidos ao erro.

Ainda de acordo com integrantes do governo, a ideia é que o Executivo arque com as despesas e busque o ressarcimento futuro com as entidades fraudado-



Ricardo Lewandowski (Justiça) no anúncio da Operação Sem Desconto. Pedro Ladeira - 24.abr.25/Folhapress

ras. Para acelerar a liberação de recursos, o governo deve se valer de um artigo da Constituição que trata da responsabilidade civil do Estado e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos causados a terceiros.

O parágrafo 6º do artigo 37 da Constituição estabelece que "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

A aplicação dessa norma depende da comprovação de dano. Do contrário, será necessária a edição de uma medida provisória para abertura de crédito

suplementar. Outra hipótese seria o envio de um projeto ao Congresso para a liberação do dinheiro, mas isso exigiria mais tempo para o início da ressarcimento.

A fonte de recursos foi um dos temas de reunião nesta terça (6) no Palácio da Alvorada, com a presença do presidente.

A expectativa é que medidas sejam anunciadas nesta quarta (7), após nova reunião. De acordo com a Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência), a ausência do presidente em razão de viagem à Rússia e à China não impede que haja algum anúncio nesse meio-tempo.

Participaram do grupo de trabalho: o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, o presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, os ministros Rui Costa (Casa Civil),

Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais), Vinicius de Carvalho (Controladoria-Geral da União), além do número 2 da Fazenda, Dario Durigan, e do adjunto do Advogado-Geral da União, Junior Fideles.

Sobre a origem dos recursos, a intenção é buscar ressarcimento nas entidades, até com bloqueio de bens pela via judicial. O INSS deverá disponibilizar o aplicativo Meu INSS como canal para que os aposentados e pensionistas registrem o pedido de restituição.

Nesta terça, o novo presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, informou que a devolução será feita diretamente na conta do beneficiário.

O projeto está em fase de discussão com a Casa Civil e envolve a participação de órgãos como Supremo, CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e MPF (Ministério Público Federal).

Ele também explicou que o INSS abriu 12 processos contra entidades suspeitas, com base na lei anticorrupção.

Atualmente, todos os descontos estão suspensos, e os segurados não precisam solicitar o cancelamento. Também não é necessário ir a uma agência do INSS.

Mensalidades associativas que tenham sido descontadas de aposentadorias e pensões no mês de abril serão devolvidas na folha de pagamento de maio.

O valor será depositado diretamente na conta do aposentado ou pensionista, entre 26 de maio e 6 de junho. O dinheiro estará com o pagamento de maio, que também terá o depósito da segunda parcela do 13º, e cai na conta conforme o número final do benefício, sem considerar o dígito verificador.

Leia mais na pág. A14 e na coluna Vinicius Torres Freire, na pág. A15

Devolução deve ser feita na conta do beneficiário

A devolução dos valores descontados será feita diretamente na conta dos beneficiários, informou o novo presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior.

"Uma das coisas definidas é que o eventual ressarcimento, seja do poder público, será feito via benefício, via conta do benefício. Nada de Pix, nada de depósito em conta e nada de sacar em banco", disse à CBN.

O Estado de São Paulo

Aliados montam operação para convencer Bolsonaro a não ir a protesto pela anistia

Aliados de Jair Bolsonaro montaram uma operação para tentar convencê-lo a não participar do ato de hoje em defesa da anistia aos condenados do 8/1, em Brasília. No entanto, o ex-presidente ainda está irredutível, segundo integrantes do PL ouvidos pela *Coluna*. São dois os motivos citados por membros da direita para que Bolsonaro evite a manifestação. Um deles é sua saúde. Há temor de que ele pegue uma infecção se ficar em contato com muitas pessoas. A segunda razão é política. Por ocorrer em um dia de semana, o ato deve ser mais esvaziado do que os anteriores. As estimativas mais otimistas no PL preveem entre 5 mil e 10 mil pessoas. Os aliados dizem que Bolsonaro deve se resguardar agora, e que sua presença será mais útil em manifestações mais robustas.

● **PREOCUPAÇÃO.** A própria equipe médica recomendou que Bolsonaro fique de repouso. O ex-presidente, que passou três semanas internado, teve alta no domingo, 4, após passar por cirurgia para desobstruir o intestino e reconstruir a parede abdominal.

● **CONTROLE.** O PL também quer garantir que o ato ocorra de forma ordeira, sem “quebra-quebra”. A intenção é evitar que a manifestação cause ainda mais atritos com o Judiciário. O partido insiste em aprovar na Câmara o projeto da anistia aos condenados do 8/1, mas o acordo entre Congresso e STF pela redução das penas esvaziou a pauta.

● **OFENSIVA.** Com apoio da bancada do União Brasil na Câmara, o deputado Danilo Forte (CE) apresentou um projeto de lei que proíbe os descontos automáticos de associações e sindicatos em benefícios de aposentados e pensionistas. A proposta ataca o cerne do escândalo do INSS.

● **FREIO.** A proposta, obtida pela *Coluna*, determina que as entidades só poderão cobrar mensalidades por meio de boleto bancário, a ser pago de forma voluntária. “O INSS estava sendo conduzido como órgão arrecadatório. E pior: sob forma de imposto sindical indireto”, disse Forte.

● **ALERTA.** A Justiça Federal identificou indícios de litigância predatória, uso abusivo do Poder Judiciário por advogados, em processos contra débitos indevidos de aposentadorias. Ou seja, apontou risco de fraudes em ações judiciais que denunciam irregularidades no INSS.

● **COLA.** Os técnicos ressaltaram que vários processos têm trechos idênticos e usam dados genéricos. O Centro de Inteligência da Justiça Federal no Rio Grande do Norte recomendou que magistrados de outros cinco Estados do Nordeste acionem o Ministério Público Federal nesses casos.

O Estado de São Paulo

Entidade alvo da PF recebeu 4 mil reclamações por débitos indevidos em aposentadorias

Aposentados e pensionistas que se surpreenderam com débitos indevidos no contracheque recorreram também a sites de reclamações de consumidores, além da Justiça e do INSS. Investigada pela Polícia Federal (PF) por supostas fraudes em aposentadorias, a Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer) foi alvo de pelo menos 4 mil queixas nos últimos três anos de aposentados por descontos irregulares. Beneficiários citaram que a fraude durou anos. A *Coluna* localizou os registros no Reclame Aqui, a maior plataforma do tipo no País. O portal encaminha as reclamações diretamente à companhia, que acumula ocorrências sobre o INSS não respondidas há seis meses. Procurada, a confederação não respondeu.

● **PROTESTO.** A objeção mais recente foi feita ontem por um aposentado de São Francisco de Itabapoana (RJ). “Desde fevereiro de 2023 estão descontando indevidamente um valor de contribuição da Conafer”. Também há queixas em nome de pais e avós, em razão da dificuldade do acesso à internet por idosos.

● **EXTRATO.** No último ano, 134 ocorrências citaram que os débitos constam como “Contrib. Conafer” na folha de pagamento. O fato também foi mencionado em 6 sentenças judiciais que condenaram a entidade pelos descontos na semana passada, como mostrou a *Coluna* ontem.

● **PRIORIDADES.** No primeiro dia como ministro da Previdência Social e em meio a uma potencial fraude bilionária nas aposentadorias, **Wolney Queiroz** fez uma reunião com autoridades norueguesas para negociar um acordo previdenciário com aquele país, que abriga 11 mil brasileiros.

● **FRUSTRAÇÃO.** A escolha de Márcia Lopes para o Ministério das Mulheres enterrou de vez a expectativa do Centrão por mudanças mais significativas que atendessem aos partidos. O grupo esperava que Lula deslocasse Luciana Santos para o lugar de Cida Gonçalves e colocasse Ciência e Tecnologia na mesa.

● **MIRAGEM.** O governo chegou a cogitar a entrega da pasta de Ciência e Tecnologia ao PSD ou ao União, caso Luciana assumisse Mulheres. A reforma ministerial, contudo, foi pífia e se restringiu a trocas pontuais, quase todas envolvendo o PT.

● **COM...** Após uma reunião com o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, o deputado distrital Fábio Felix (PSOL) afirmou que o BC analisará também os ativos “ruins” do Banco Master que o Banco de Brasília (BRB), instituição estatal, pretende comprar. O Ministério Público do DF é contra o negócio.

O Estado de São Paulo

Ação penal do golpe

STF torna réus 7 acusados por 'núcleo de desinformação' de trama golpista

— Os cinco ministros da Primeira Turma do Supremo votaram pelo recebimento da denúncia da Procuradoria-Geral da República; já são 21 o número de processados

RAYSSA MOTTA

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou ontem a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra os sete acusados de integrar o "núcleo de desinformação" do plano de golpe para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no poder após a eleição de 2022. A votação foi unânime.

Com a decisão, o grupo – integrado por militares e ex-servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) – vai responder a processo penal por cinco crimes – organização criminosa armada, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do estado democrático, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado contra o patrimônio da União.

Os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin votaram para tornar réus todos os sete denunciados que, segundo a PGR, foram responsáveis por "operações estratégicas de desinformação" e ataques ao sistema eleitoral e a instituições e autoridades.

A denúncia afirma que o grupo contribuiu para o "plano maior da organização e da eficácia de suas ações para a promoção de instabilidade social e consumação da ruptura institucional". A Primeira Turma já recebeu as denúncias contra o "núcleo crucial" – que inclui Bolsonaro – e o "núcleo de gerência" da trama de golpe. Dos 34 denunciados pela Procuradoria no inquérito do golpe, 21 já se tornaram réus.

ATUAÇÃO. De acordo com a acusação formal da PGR, o "núcleo de desinformação" (núcleo 4) reúne denunciados que atuaram de diferentes formas para disseminar fake news que mantivessem bolsonaristas mobilizados contra o resultado da eleição presidencial. A denúncia menciona o uso da estrutura da Abin como central de contrainteligência para gerar notícias falsas, promover ataques a instituições e monitorar autoridades.

Os denunciados também foram acusados por ataques aos então comandantes do Exército, general Marco Antonio



Primeira Turma no julgamento dos acusados do 'núcleo 4' do golpe

Defesas tentaram descolar denunciados de líderes do plano

Ao solicitar que a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitasse a denúncia da Procuradoria-Geral da República, os advogados dos sete denunciados do "núcleo 4" buscaram distanciar seus clientes dos acusados apontados como líderes do plano golpista.

A defesa de Ailton Gonçalves Moraes Barros disse que o major reformado do Exército não tinha conhecimento das articulações nem poder decisório sobre o plano de golpe. O advogado do major da reserva do Exército Ângelo Martins Denicoli afirmou que não há provas da participação dele na trama.

Freire Gomes; e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, que rejeitaram o golpe. Ainda conforme a PGR, o grupo tentou manipular o relatório do Ministério da Defesa que atestou a integridade das urnas e descartou fraudes no pleito.

Esse núcleo foi responsável também, segundo a denúncia, por produzir material falso sobre as urnas para divulgação pelo influenciador argentino Fernando Cerimedo e subsidiar a ação do PL no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O partido pediu a anulação das eleições de 2022 por mau funcionamento de parte das urnas.

O engenheiro eletrônico Carlos César Moretzsohn Rocha foi descrito por sua defesa como um "prestador de serviço" contratado pelo PL para produzir relatórios sobre as urnas eletrônicas.

O advogado que representa o tenente-coronel Guilherme Marques de Almeida argumentou que ele trabalhava em função administrativa.

A defesa do policial federal Marcelo Araújo Bormevet disse que a Procuradoria-Geral da República não descreveu quais notícias teriam sido criadas por ele e de que modo elas contribuíram para o 8 de Janeiro.

Os advogados do coronel do Exército Reginaldo Vieira de Abreu e do subtenente Giancarlo Gomes Rodrigues rebateram as acusações contra seus clientes. ● R.M.

As defesas buscaram ontem descolar os denunciados dos líderes do plano de golpe. Os advogados dos sete acusados alegaram que seus clientes não tinham poder decisório nem in-

Permissão
Após terem os celulares lacrados na última sessão, advogados puderam levar aparelhos ao julgamento

fluência suficiente para contribuir para o 8 de Janeiro (mais informações nesta página).

A subprocuradora da República Cláudia Sampaio Mar-

Novos réus

Os acusados por integrar o 'núcleo de desinformação'



AILTON GONÇALVES M. BARROS
Major reformado do Exército



ÂNGELO MARTINS DENICOLI
Major da reserva do Exército



CARLOS MORETZSOHN ROCHA
Presidente do Instituto Voto Legal



GIANCARLO GOMES RODRIGUES
Militar e ex-servidor da Abin



GUILHERME MARQUES DE ALMEIDA
Tenente-coronel do Exército



MARCELO ARAÚJO BORMEVET
Policial federal e ex-servidor da Abin



REGINALDO VIEIRA DE ABREU
Coronel do Exército

do em conformidade estratégica com outros núcleos, cada um dentro das suas tarefas nessa organização criminosa."

Moraes também fez referência ao relatório da Polícia Federal no inquérito das milícias digitais, que apontou "atuação orquestrada" de bolsonaristas. Segundo o relator, o grupo se valeu do mesmo "modus operandi das milícias digitais" para jogar parcela da população contra o Judiciário e o sistema eleitoral. "Não se pode relativizar a força, que pode ser malfélica, das redes sociais."

Zanin, presidente da Primeira Turma, afirmou que "ficou clara a presença de documentos, áudios, relatórios policiais, gravações, uso de ferramentas invasivas e produção de um grande volume de conteúdo falso ou fraudulento".

'LEALDADE'. Durante a sessão de ontem, Fux fez um aceno a Moraes – os dois vêm divergindo sobre a competência do STF para julgar o caso e em relação à dosimetria das penas do 8 de Janeiro. Fux afirmou que eles são amigos e que as discordâncias não afetam o "respeito" e a "lealdade" que mantêm em relação ao colega.

"O que há não é discórdia, o que há aqui é dissenso", declarou Fux. "Esses dissensos em relação à matéria jurídica fazem parte da vida de um colegiado, mas, ainda assim, mantemos entre nós respeito, lealdade e, no caso específico do ministro Alexandre, já nos conhecemos há muito mais tempo e temos amizade."

A Primeira Turma analisou se havia elementos suficientes para receber a denúncia. O julgamento do mérito do processo só ocorrerá após a instrução da ação, etapa em que são ouvidas testemunhas e podem ser produzidas novas provas.

CELULARES. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) elogiou ontem a decisão de Zanin de autorizar advogados a participarem da sessão com seus celulares. No julgamento do núcleo 2 da trama golpista, em abril, advogados tiveram de entregar os aparelhos, que foram lacrados pelo tribunal. Em nota, o presidente da OAB, Beto Simonetti, afirmou que "o diálogo prevaleceu". ●

O Estado de São Paulo

Fraude no INSS

Bancada do PDT decide desembarcar da base do governo Lula na Câmara

Líder do partido diz que deputados terão postura independente e poderão apoiar a abertura de CPIs sobre os descontos ilegais

BRASÍLIA

O líder do PDT na Câmara, Mário Heringer (MG), anunciou ontem o desembarque da bancada do partido da base aliada ao governo Lula. "Estamos nos colocando em independência", afirmou Heringer em entrevista coletiva na liderança do PDT. O anúncio ocorre quatro dias após o pedido de demissão do ex-ministro da Previdência Social Carlos Lupi, em meio às investigações sobre fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social

(INSS). E mesmo após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter nomeado para o lugar de Lupi o ex-deputado pedetista Wolney Queiroz.

Com o novo posicionamento, segundo o líder do PDT, a bancada está "autorizada" a apoiar CPIs sobre as fraudes no INSS, desde que o escopo da investigação parlamentar seja "ampliado para 2019, para convocar ministros e secretários do governo anterior, com nomes citados no inquérito, e indicação expressa para que a Polícia Federal faça uma apuração a partir de tal data".

A decisão foi tomada durante reunião realizada na manhã de ontem na residência de Heringer, com a presença de Lupi. Segundo o líder pedetista, a reunião foi "dura", pois o problema de relacionamento com o governo "já vem de muito



"Não entramos em caminho de vingança. Nossa posição é de independência"
Mário Heringer (MG)
 Líder do PDT na Câmara

tempo". De acordo com ele, o partido não está "indo para a oposição, se juntar contra o governo". Segundo Heringer, a decisão da bancada não é "retaliação". "Não entramos em caminho de vingança. Nossa posição é de independência."

'DIÁLOGO'. A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, disse respeitar o posicionamento da bancada do PDT. "Seguimos dialogando com o PDT, contando com

o apoio do partido nas matérias de interesse do País", afirmou a ministra, em nota enviada ao *Estado*/Broadcast.

CEARÁ. Com os pedetistas em rota de colisão com o PT no cenário nacional, após a demissão de Lupi, a insatisfação virou combustível também para impulsionar alianças do partido contra os petistas nos Estados. Principal quadro nacional do PDT, Ciro Gomes participou ontem de café da manhã com deputados estaduais de oposição ao governo de Elmano de Freitas (PT), no Ceará.

Com a presença de deputados do PL, União Brasil e PDT, começou a se articular uma aliança que reúna essas forças numa candidatura única contra a reeleição de Elmano. Integrantes do grupo admitem que gostariam que Ciro fosse o candidato contra o governador petista e dizem que vão tentar trabalhar nesse sentido.

A conversa teve a presença do deputado estadual Alcides Fernandes (PL), pai do deputado federal André Fernandes (PL), que terminou em segundo lugar na disputa pela prefeitura de Fortaleza. Alcides deverá ser o candidato bolsonarista ao Senado em 2026. ● PÉPITA

ORTEGA, VICTOR OHANA, MARCELO DE MORAES E SOFIA AGUIAR

Deputado bolsonarista tem mandato suspenso por ofensas a Gleisi

O Conselho de Ética da Câmara decidiu ontem suspender o mandato parlamentar do deputado Gilvan da Federal (PL-ES) por três meses. O colegiado concluiu que ele teve "conduta incompatível com o decoro parlamentar" em relação à ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e ao deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ).

Em uma sessão na Câmara, Gilvan disse que Gleisi "deve ser uma prostituta do caramba" e confrontou Lindbergh após ser chamado de "desqualificado". O placar no Conselho de Ética terminou com 15 votos a favor e quatro contra. O parlamentar do PL disse que não vai recorrer da decisão.

Segundo o relator do caso, Ricardo Maia (MDB-BA), as condutas de Gilvan "ultrapassam os limites da liberdade de expressão". Em sua defesa, deputado se disse arrependido por reagir a provocações de Lindbergh, que, segundo ele, o chamou de "bandido". ● LEVY TELES

O Estado de São Paulo

Judiciário

CNJ dá aval a licença por tempo de serviço para ministros do TST

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO

O ministro Mauro Campbell, corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), liberou o pagamento de licença-prêmio por tempo de serviço para ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A licença-prêmio é um penduricalho que garante ao servidor público três meses de folga a cada cinco anos trabalhados ou um bônus em dinheiro.

O Órgão Especial do TST aprovou o benefício durante uma sessão administrativa no plenário virtual, concluída no último dia 10 de abril, mas aguardava o sinal verde do CNJ para dar início aos trâmites de pagamento. Segundo a resolução aprovada, ministros que optarem por não usufruir os dias de licença poderão pedir para receber o valor correspondente em dinheiro.

Magistrados aposentados “que tenham implementado os requisitos legais” também poderão exigir o bônus. O TST não informa na resolução quanto o penduricalho vai custar aos cofres públicos. Segundo o tribunal, há recursos disponíveis no orçamento da Corte para liquidar as despesas com a licença-prêmio.

A decisão da Corregedoria do CNJ prevê que a “apuração da correção dos cálculos eventualmente necessários à execução da medida caberá ao

TST, devendo tais procedimentos serem submetidos à fiscalização dos respectivos órgãos de controle interno e externo”.

SIMETRIA. O penduricalho foi aprovado pelo TST com base em duas resoluções do CNJ, de 2011 e 2023, que estabelecem a simetria entre as carreiras da magistratura e do Ministério Público. Essas resoluções equiparam magistrados, procuradores e promotores e preveem “reciprocidade” em direitos e deveres.

Impacto indefinido
‘Apuração da correção dos cálculos necessários à execução da medida’ cabe ao TST, diz decisão

As regras vêm sendo aplicadas administrativamente pelos tribunais como uma estratégia para cruzar benefícios e vantagens salariais entre as carreiras.

Na decisão, Campbell reconhece a “legitimidade da conversão em pecúnia de períodos de licença não usufruídos”. “Verifica-se a existência de fundamentação constitucional, legislativa, normativa e jurisprudencial que ampara a pretensão formulada.” Ele deixa expresso que os tribunais têm autonomia para deliberar sobre a licença-prêmio e não precisam consultar o CNJ. ●

O Estado de São Paulo

Tributos Legislativo

Nomeado relator, Lira indica que vai alterar projeto de isenção de IR

Deputado afirma que pretende apresentar relatório em junho para que a Câmara vote proposta até julho e enviá-la ao Senado

BRASÍLIA

Nomeado formalmente ontem relator da comissão especial que vai discutir a isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha R\$ 5 mil por mês, o deputado federal Arthur Lira (Progressistas-AL) indicou que vai mudar a proposta enviada pelo governo, mas que pretende apresentar seu relatório em junho, para que seja levado ao plenário da Câmara em julho, já com um texto consensual com o Senado, que ainda deve nomear um relator.

Durante a sua fala na sessão que instalou a comissão especial, Lira disse que deve discutir mais profundamente pelo menos três pontos do projeto do Executivo: os possíveis prejuízos aos Estados e municípios, a eventual alteração da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa

Física Mínimo (IRPFM) – que tributa a renda dos mais ricos, um dos pilares da proposta – e a possibilidade de afastamento de investimentos externos.

Lira disse discordar da avaliação do secretário de reformas econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, sobre a alíquota de 10% prevista para taxar os mais ricos, como forma de compensar a perda de arrecadação com a isenção.

“Em que pesem os argumentos do secretário de que eventual mudança na alíquota poderia deixar o projeto de lei desequilibrado, isso não significa que tal alíquota não possa ser alterada, ou que não possam ser buscadas medidas compensatórias alternativas”, disse.

Marcos Pinto afirmou recentemente que o governo chegou à alíquota fazendo uma média da tributação dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que varia entre 5% e 15%, tendo o Brasil optado pelo meio-termo.

Durante a apresentação de seu plano de trabalho, Lira apontou ressalvas à tributação



Lira (ao centro) assume como relator em comissão do IR na Câmara

de dividendos apresentada pelo governo. E disse que pretende evitar que a proposta acabe travada, como o projeto de lei que propôs a tributação de dividendos, aprovado na Câmara em 2021 e parado no Senado.

Os dividendos irão compor a renda passível de tributação da alta de renda. Serão tributados os que recebem mais de R\$ 50 mil mensais e que hoje não recolhem pelo menos 10% de alíquota efetiva de IR. A tributação será crescente, de maneira gradual,

até alcançar 10% para quem recebe mais de R\$ 100 mil mensais.

Caso a pessoa receba mais de R\$ 50 mil em dividendos por mês, haverá retenção de 10% de IR na fonte sobre o dividendo recebido. Em sua apresentação, Lira falou em “assimetria” na alíquota de tributação de dividendos, que será fixa em 10% sobre todos os valores, independentemente se o contribuinte é considerado de alta renda ou se obteve um alto rendimento (acima de R\$ 50

mil) em um único mês.

ESTADOS E PREFEITURAS. Lira disse ainda que será preciso fazer uma “relevante reflexão” sobre o impacto do projeto sobre os Estados e prefeituras. Estudo elaborado pela Consultoria de Orçamento e Finanças da Câmara concluiu que a perda para Estados e municípios é de R\$ 11,2 bilhões. Isso porque o IR retido

Discussão

Ex-presidente da Câmara diz que alíquota de tributo aos mais ricos pode ser alterada na Câmara

na fonte sobre o salário de servidores é receita própria dos entes e, no caso de funcionários com o patamar de renda alto, essa receita desapareceria.

Lira disse que o governo vai arrecadar mais no próximo ano e pode compensar as perdas. “Há uma possibilidade de o governo arrecadar R\$ 8 bilhões a mais do que o que ele precisa compensar”, afirmou. “Se isso se concretizar, já é um tamanho para compensar esses entes que estão sendo prejudicados.”

O ex-presidente da Câmara também discute o fim de deduções, como gastos com saúde e educação, para compensar as perdas na arrecadação (mais informações nesta página).

● MARIANA CARNEIRO, VICTOR OHANA E PÉPITA ORTEGA

O Estado de São Paulo

Tarcísio diz que SP vai liderar transição no País

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou ontem que o Estado está na dianteira da transição energética e será o primeiro do Brasil a substituir o uso do diesel, começando pelo setor agropecuário.

A declaração foi dada à imprensa após participar da cerimônia de abertura de evento promovido pelo Sistema CNA/Senar, em parceria com o *Estadão* e o *Broadcast*, em São Paulo.

“São Paulo está na direção certa. Entendeu que a transição energética nasce aqui. A gente tem uma fortaleza que é a cana-de-açúcar”, afirmou o governador, destacando que o Estado abriga o desenvolvimento do primeiro trator do mundo movido a etanol.

Segundo ele, ainda, a biomassa da cana é uma das principais apostas para um modelo de energia limpa, com as suas múltiplas aplicações.

“São Paulo já socorreu o Brasil na década de 70 com o Proálcool, no momento das crises

do petróleo, e vai socorrer de novo. Vai proporcionar, vai fazer com que o Brasil tenha um papel de liderança nessa questão da transição energética”, disse Tarcísio.

BIOMETANO. Além do etanol, o governador destacou o biometano, o biogás, o combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês) e o hidrogênio como vetores estratégicos.

“É por isso que a descarbonização vai acontecer prioritariamente aqui. E eu digo, sem medo de errar, que São Paulo vai ser o primeiro Estado do Brasil a substituir o diesel, começando pelo agro”, disse.

Segundo Tarcísio, as lavouras do Estado já deram início a esse processo de transição, com a aquisição para suas frotas de caminhões e máquinas agrícolas movidos a etanol e biometano.

“Em muito pouco tempo, as colhedoras de cana todas vão ser movidas a etanol. Então, o agro de São Paulo já está dando esse passo”, afirmou. ● S.N.,

L.S., I.D., A.S. e E.L.

Veículo

Tamoios News

Repórter Online Litoral

Litoral em Pauta

Diário Caiçara



Projeto sobre uso de imóvel público será discutido na sessão ordinária desta terça-feira na Câmara de Caraguatatuba

A Câmara Municipal de Caraguatatuba realiza nesta terça-feira (06/05), às 19h30, a 14ª sessão ordinária, no plenário da Casa de Leis.

Na Ordem do Dia, está prevista a discussão e votação única do Projeto de Lei nº 10/25, de autoria do Poder Executivo, que propõe a desafetação de um bem imóvel da sua destinação legal, com o objetivo de incorporá-lo como área institucional, permitindo a implantação de equipamentos públicos no local.

As sessões da Câmara Municipal de Caraguatatuba são transmitidas ao vivo pelo canal da TV Câmara no YouTube, pelo site oficial da Câmara (www.camaracaragua.sp.gov.br) e pela página no Facebook (facebook.com/CamaraMunicipaldeCaraguatatuba).

Cotidiano

Folha de São Paulo

Alfabetismo funcional persistente é vexame nacional

Estudo mostra desempenho pífio em português e matemática até entre brasileiros formados no ensino médio e no superior; aprimorar a qualidade da educação passa por valorizar os modelos integral e técnico

É vexatório que quase um terço dos brasileiros entre 15 e 64 anos viva no mundo das letras e dos números praticamente no escuro.

O índice de 29% de analfabetos funcionais nesse estrato em 2024 reflete a ineficiência histórica das três esferas de governo na gestão da educação, que impacta a qualidade de vida dos indivíduos e o desenvolvimento do país.

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), calculado pela ONG Ação Educativa, mostra queda do início da série histórica, em 2001, quando marcou 39%, até a estagnação em 27% entre 2009 e 2015. Depois houve alta para 30% em 2018 e, agora, uma redução pífia de um ponto percentual.

A categoria engloba desde os que não conseguem ler palavras

ou um número de telefone (analfabetismo absoluto), que representam 7% no indicador recente, até os 22% que leem e escrevem, mas não compreendem textos longos nem fazem contas maiores (analfabetismo rudimentar).

Grande parte (65%) dos analfabetos funcionais está na faixa etária entre 40 e 65 anos. Mas a taxa de 17% tanto no estrato de 15 a 29 anos como no de 30 e 39 anos é também alarmante.

O Inaf mostra como a inaptidão em língua portuguesa e matemática ocorre entre os brasileiros que passaram pela rede de ensino. Entre os que concluíram os anos finais do ensino fundamental, a porcentagem é de 43%; entre os formados no ensino médio, 17%. É impressionante que 12% dos diplomados no ensino supe-

rior estejam nessa condição.

Os números revelam que a redução do indicador no começo do século foi impulsionada pela expansão do acesso à educação. As escolas, contudo, não conseguem alavancar a aprendizagem, que há anos apresenta níveis precários em avaliações nacionais e internacionais. Um dos resultados é o flagelo da evasão escolar.

Aqueles que abandonam os estudos ficam desamparados. Um em cada cinco municípios (1.092 dos 5.500) não oferta vagas em Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em 2024, o país atingiu o menor número de matrículas no programa (2,4 milhões) desde o começo da série histórica do Censo Escolar, em 1996.

É preciso eliminar gargalos no EJA e ampliar a modalidade de

O índice de analfabetismo funcional na faixa de 15 a 64 anos é de 29%. Entre os que concluíram o fundamental, a taxa é de 43%; em formados no ensino médio, 17%. E é impressionante que 12% dos diplomados no ensino superior estejam nessa condição

ensino integral, que eleva a carga horária das disciplinas tradicionais, como português e matemática, e permite ao aluno escolher áreas do conhecimento com base em suas aptidões, como o ensino técnico — que, segundo o Datafolha, desperta interesse significativo entre os jovens.

Trata-se de estabelecer políticas contínuas e independentes de ideologias. Sem isso, o Brasil continuará com a produtividade congelada — entre 2010 e 2023, ela cresceu infimo 0,3%, segundo cálculo da FGV — e, por consequência, lento no combate a desigualdades, ainda mais considerando o acelerado processo de envelhecimento da população.

Acima de tudo, retirar quase um terço desse estrato social da escuridão é dever civilizatório.

Folha de São Paulo

Lira espera votar reforma do IR antes de recesso

Relator indica em plano de trabalho que prevê audiências e a finalização do projeto no dia 27 de junho

Fernanda Brigatti

BRASÍLIA O deputado federal Arthur Lira (PP-AL), relator do projeto que eleva a R\$ 5.000 a faixa de isenção do Imposto de Renda, disse nesta terça (6) que o texto estará pronto para votação no dia 16 de julho, na última semana de trabalho do Legislativo antes do recesso parlamentar.

A expectativa do parlamentar é de que ele seja votado na comissão especial criada para analisar o projeto nessa data e siga para o plenário. Na primeira reunião da comissão nesta terça, Lira apresentou um plano de trabalho que inclui a finalização do relatório em 27 de junho.

O projeto do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê, além da isenção, uma redução no imposto pago por quem ganha mais de R\$ 5.000 e menos de R\$ 7.000. Para compensar a perda de ar-

recadação das renúncias, o governo prevê imposto efetivo mínimo para alta renda e a cobrança na fonte sobre dividendos distribuídos pelas empresas. O projeto do Ministério do Fazenda também quer cobrar alíquota mínima de 10% sobre todas as rendas para quem ganha mais de R\$ 50 mil.

Lira afirmou nesta terça que a Fazenda precisa detalhar os cálculos, para garantir que a mudança não se torne arrecadatória. Ele defendeu também que o texto preparado na comissão cubra todos os pontos discutidos no projeto e que nada fique para regulamentação posterior.

O deputado afirmou ainda que a previsão de cobrança a investidores estrangeiros pode afetar o interesse desses pelo Brasil.

A possível perda de estados e municípios com o aumento da isenção de IR é outro dos pontos que terão de ser tratados no



Arthur Lira (PP-AL), relator do projeto que eleva a R\$ 5.000 a faixa de isenção do Imposto de Renda. Lula Marques/Agência Brasil

relatório. Estudo da Conof (Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira) da Câmara estima que a aprovação do projeto conforme o texto do governo gera um perda de R\$ 2,9 bi para estados e municípios. Porém, no caso das prefeituras, há 4.413 que serão beneficiadas. Entre estas, 15 perderiam arrecadação.

Lira indicou que deverá mexer na alíquota de 10% de imposto mínimo proposto pelo governo. Ele disse que ao seguir a média de tributação dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), a Fazenda não considerou que "as pessoas físicas são afetadas no país não apenas pela tributação da renda, mas também pela do consumo, e temos uma das mais elevadas cargas tributárias do mundo em relação a esta".

A próxima reunião da comissão está prevista para terça (13).

Folha de São Paulo

Brasil sobe 5 postos em ranking de IDH, fica em 84º e supera patamar pré-Covid

Renda e expectativa de vida puxam alta, e indicadores educacionais ficam estagnados; país segue abaixo de Peru, Colômbia e Argentina

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO O Brasil subiu cinco posições no ranking de desenvolvimento humano da ONU (Organização das Nações Unidas) entre 2022 e 2023, da 89ª para a 84ª posição (o índice passou de 0,760 para 0,786, considerado alto). O país voltou à posição registrada em 2020 e superou pela primeira vez o patamar pré-pandemia de 0,764, alcançado em 2019.

Ainda assim, o Brasil continua abaixo de vizinhos como Peru, Colômbia, Uruguai, Argentina e Chile. Também foi ultrapassado pelo Azerbaijão, com quem havia empatado no levantamento anterior na 89ª posição.

A alta brasileira foi puxada pelo avanço de 73,4 anos na expectativa de vida registrada em 2022 para 75,8, em 2023. Também houve crescimento do PIB per capita considerando paridade de poder de compra para US\$ 18.011, ante US\$ 14.616 no ano anterior.

Os indicadores educacionais, no entanto, ficaram estagnados. O período que uma pessoa deveria passar na escola em 2023 era de 15,8 anos (eram 15,6 anos em 2022), mas a população teve, em média, só 8,4 anos de ensino formal (8,3 anos no ano anterior).

De acordo com a economista-chefe da Unidade de Desenvolvimento Humano do Pnud Brasil, Betina Ferraz Barbosa, os números de saúde e renda sofrem reflexos diretos da conjuntura, a exemplo do efeito da

mortalidade da pandemia de Covid-19 na expectativa de vida, enquanto uma política pública leva anos para mudar as condições da educação.

No Brasil, diz Barbosa, a diferença entre o tempo de ensino indicado em planos educacionais e o período de fato na escola mostra que o problema da evasão persiste. "Depois de um vácuo de anos, tivemos, nos últimos dois anos, a implementação do Pé-de-Meia [que destina um incentivo financeiro para os alunos concluírem o ensino médio], mas ainda não dá para medir se isso mudou algo."

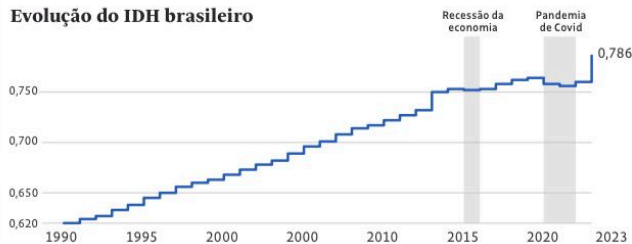
Considerando o período desde 1990, a alta foi grande: o índice era de 0,62 naquele ano, uma alta de 26,7%.

"Entre 1990 e 2023, a expectativa de vida ao nascer no Brasil aumentou em 9,99 anos, os anos esperados de escolaridade aumentaram em 1,70 ano e a média de anos de escolaridade aumentou em 4,74 anos. A renda nacional bruta per capita do Brasil aumentou cerca de 47,9% nesse período", afirma o relatório.

O país mais desenvolvido em 2023 foi a Islândia, que teve pontuação de 0,972.

É a primeira vez que a ONU divulga o IDH por país é no mesmo relatório dos dados globais. Estes (relativos a 2024) registraram o crescimento mais baixo desde 1990, quando o então bloco socialista estava em derrocada após a queda do Muro de Berlim.

Evolução do IDH brasileiro



Veja índices de países latino-americanos

Ranking	País	IDH	Expectativa de vida	Tempo esperado de ensino	Tempo médio de ensino	PIB Per Capita (US\$)
45	Chile	0,878	81,2	16,9	11,3	28.047
47	Argentina	0,865	77,4	18,8	11,2	25.876
48	Uruguai	0,862	78,1	17,5	10,5	28.650
59	Panamá	0,839	79,6	13,3	10,8	34.385
62	Costa Rica	0,833	80,8	16,3	8,8	23.417
79	Peru	0,794	77,7	14,9	10,2	14.339
81	México	0,789	75,1	14,5	9,3	21.813
83	Colômbia	0,788	77,7	14,3	9	18.666
84	Brasil	0,786	75,8	15,8	8,4	18.011
88	Ecuador	0,777	77,4	14,9	9	13.986
89	Rep. Dominicana	0,776	73,7	13,6	9,4	22.024
97	Cuba	0,762	78,1	13,9	10,6	8.415
99	Paraguai	0,756	73,8	14	8,9	15.252
108	Bolívia	0,733	68,6	15,6	10	9.645
121	Venezuela	0,709	72,5	13	9,7	7.157
123	Nicarágua	0,706	74,9	11,5	9,9	6.881
132	El Salvador	0,678	72,1	11,1	7,3	10.595
137	Guatemala	0,662	72,6	107	5,8	12.459
139	Honduras	0,645	72,9	10,2	7,5	6.065
166	Haiti	0,554	64,9	10,9	5,4	2.935

Veja resultados de países com melhores IDH

Ranking	País	IDH	Expectativa de vida	Tempo esperado de ensino	Tempo médio de ensino	PIB Per Capita (US\$)
1	Islândia	0,972	82,7	18,9	13,9	69.117
2	Noruega	0,97	83,3	18,8	13,1	112.710
2	Suíça	0,97	84	16,7	13,9	81.949
4	Dinamarca	0,962	81,9	18,7	13	76.008
5	Alemanha	0,959	81,4	17,3	14,3	64.053
5	Suécia	0,959	83,3	19	12,7	66.102
7	Austrália	0,958	83,9	20,7	12,9	58.277
8	Hong Kong	0,955	85,5	16,9	12,4	69.436
8	Holanda	0,955	82,2	18,6	12,7	68.344
10	Bélgica	0,951	82,1	19	12,7	63.582

Fontes: PNUD

Folha de São Paulo

Oferta de educação básica para adultos cai, e 1 em cada 5 cidades não tem modalidade

Ensino voltado para aqueles que não conseguiram estudar quando tinham a idade correta atingiu o seu menor patamar desde 1996

Isabela Palhares

SÃO PAULO Uma em cada cinco cidades do país não oferece vagas na EJA (Educação de Jovens e Adultos), modalidade de ensino para aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa. Dos 5.500 municípios, 1.092 não ofertam essa etapa mesmo com moradores que não concluíram a educação básica, e não sabem até mesmo ler e escrever.

O Brasil tem mais de 9,3 milhões de pessoas com mais de 15 anos que são analfabetas. Tem também quase metade da população de mais de 25 anos (49,2%) sem ensino médio, um contingente de 65 milhões de pessoas.

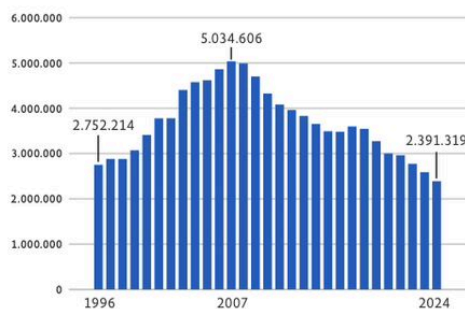
O país vive ainda uma estagnação no combate ao analfabetismo funcional. Desde 2018, um terço da população, com idade entre 15 e 64 anos, está nessa condição —sendo que 65% dessas pessoas não tiveram oportunidade de concluir a educação básica. Ainda assim, a oferta de EJA vem encolhendo no país.

Dados do Censo Escolar, produzido pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), mostram que o país atingiu no ano passado o menor patamar de matrículas de EJA desde o início da série histórica, em 1996.

No ano passado, 2,39 milhões de pessoas estavam matriculadas na modalidade —um milhão a menos do que o registrado há cinco anos. Também é menos da metade dos matriculados que o país já chegou a ter em 2007, com

EJA encolhe ao menor patamar de matrículas da história

Matrículas por ano



Fonte: Censo Escolar 2024 e Pnad Continua 2023

mais de 5 milhões de alunos.

A Constituição define que a oferta de turmas de EJA é obrigatória no Brasil. Há anos, no entanto, professores e estudantes denunciam o esvaziamento da modalidade nos estados e municípios. Em muitas redes de ensino, governos têm concentrado as turmas dessa modalidade em poucas escolas, o que dificulta o acesso da população que precisa.

A desidratação da modalidade preocupa o MEC (Ministério da Educação), que passou a implementar estratégias para melhorar a oferta. A preocupação ocorre não só pela diminuição das vagas, mas também pela extinção dos programas nos municípios.

O número de cidades sem oferta de EJA vem crescendo no país. Em 2023, 1.009 não tinham matrículas. Em 2024, já eram 1.092 —um aumento de 8%.

“Ter oferta de EJA é obrigatório no país, não é discricionário. Muitos usam a justificativa de não ter demanda para a modalidade, mas os dados nos mostram que há, sim, muitos que ainda precisam de uma oportunidade para estudar”, diz Zara Figueiredo, titular da Secadi (Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão) do MEC.

Dos municípios sem oferta de EJA, mais da metade (636) atingiu a meta estabelecida para o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) para os anos iniciais e finais do ensino fundamental. Além disso, em 249 dessas cidades, a taxa de analfabetismo é maior do que a média nacional. “Se essas cidades conseguem melhorar a qualidade da educação que ofertam, porque não conseguem reverter a taxa de analfabetismo?”, afirma Zara.

Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais são os estados com o maior número de municípios que não oferecem nenhuma vaga de EJA. Juntos, eles têm mais de 1,9 milhão de analfabetos com mais de 15 anos.

No ano passado, a gestão Lula (PT) lançou o Pacto EJA, com a meta de criar 3,3 milhões de vagas nas redes estaduais e municipais. Para isso, o governo empenhou R\$ 120 milhões para a modalidade —foi a primeira vez, desde 2017, que o investimento para a etapa superou R\$ 100 milhões.

Por lei, todos os institutos federais deveriam reservar 10% de suas vagas para essa modalidade —nenhum dos 38, no entanto, cumpre esse percentual, segundo levantamento do MEC.

classificados classificados@grupofolha.com.br

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados ou ligue 11 3224-4000

EMPREGOS	IMÓVEIS	NEGÓCIOS
EMPREGADOS PROCURADOS	INTERIOR, LITORAL OUTROS ESTADOS	LEILÕES
A	VENDO LOTE EM PRADO/BAHIA Com 1.344 m², a Beira Mar, excelente localização, totalmente plano. Ideal para: Hotel, Pousada ou Casa alto padrão. Preço de oportunidade: R\$ 600.000,00. Parcelamos para do Valor Zap com vídeos do local: 31-99517-6212 - Fátima	LEILÃO DE ARTE Dias 12, 13 e 14 de Maio de 2025 às 20h. Serviço online e via telefone. James Lobos. Loteiros Oficial JOLESP 11-336. As relações personalizadas dos lotes estão disponíveis no site www.leilaoarte.com .
FARMACÊUTICO-180 HORAS- M/F Processo Seletivo - Assinatura de participação no Edital de Provas no Edital de Abertura de Processo Seletivo no site: www.farmacasubstancia.com.br/ selecao2025@farmacasubstancia.com.br/ As inscrições devem ser efetuadas somente via internet no período das 17h às 20h de 07/05/2025 às 15h de 08/05/2025.	ACOMPANHANTES	

ASSINE A FOLHA
folha.com/assine

F

AMANDA
Equipe nova tv 40 Av. Jabaquara, 280 AMT, S. João do Cerro 05311-000 São Paulo, SP (11) 3262-8122

Folha de São Paulo



O papa Francisco, em foto com membros das seleções masculina e feminina do Vaticano Divulgação/ASD

Vaticano tem relação de 8 décadas com o futebol, estreitada por Francisco

História registra times, campeonatos, ao menos uma briga e a estreia da equipe feminina no menor Estado do mundo

SÃO PAULO Começa nesta quarta (7) o conclave que definirá o substituto de Francisco, o papa de maior conexão com o futebol. O próximo sumo pontífice terá de lidar com a demanda por uma Igreja Católica mais palatável às novas gerações, busca que no papado encerrado com a morte de Francisco incluiu o esporte.

Não foi, claro, um tema central. Mas o apreço do argentino —nascido Jorge Bergoglio e notório torcedor do San Lorenzo— pelo futebol ajudou a ilustrar a busca por uma Igreja aberta aos anseios da sociedade do século 21. Em 2019, ele abençoou a criação primeiro time feminino do Vaticano.

Mas a ligação da igreja com a bola não se iniciou neste milênio. As associações esportivas do Vaticano listam como episódio histórico um jogo de 7 de janeiro de 1521, no Pátio do Belvedere, que teve na plateia o papa Leão 10. Era uma partida de "calcio fiorentino", uma modalidade brutal que ainda é disputada na Itália e fica entre o futebol e o rúgbi.

O futebol tem seus primeiros registros após a Segunda Guerra Mundial. Houve em 13 de abril de 1946 amistoso entre funcionários administrativos e funcionários do Governatorato do Vaticano. No ano seguinte, foi organizado um torneio entre os funcionários da Santa Sé, com quatro equipes.

Mas o clima esquentou na final, entre os trabalhadores das Vilas Pontificias e os da Fábrica de São Pedro. A briga, que envolveu jogadores e público, impediu o término da competição e provocou hiato de duas décadas.

Clubes foram fundados a partir de 1966, e uma liga tomou forma em 1972. O torneio teve diferentes formatos, mas prosperou, e hoje o Vaticano tem três competições: uma liga, uma copa e uma disputa entre o vencedor de cada uma das anteriores, a supercopa.

Os certames são organizados pela ASD (Associazione Sportiva Dilettantistica - Sport in Vaticano), que em 2015 deixou de ser só associação de futebol e passou a incluir outros esportes, como o



Fluminense criou conexão com papa João Paulo 2º

O Fluminense construiu relação com João Paulo 2º, que esteve no Brasil em 1980 e ganhou camisa de um garoto de dez anos, Igor Viviani. Após a visita, o Fluminense venceu o 1º turno do Carioca nos pênaltis, em cima do Vasco, e a torcida entoou a canção "A Bênção, João de Deus". Composta para a recepção ao papa, a música de Péricles de Barros e Moacyr Geraldo Maciel virou mantra —com a confirmação do título carioca, na final contra o Vasco—, especialmente em 2009, quando o time evitou a queda, em "milagre" de João.

atletismo. As partidas não ocorrem no Vaticano, menor Estado soberano do mundo, mas logo ao lado, em campo no qual se pode observar a Basílica de São Pedro.

O Vaticano tem ainda uma seleção, que fez sua primeira partida oficial em 1994 e desde então atua esporadicamente. O time branco e amarelo chegou a ser pontualmente dirigido por Giovanni Trapattoni, histórico treinador italiano, e estabeleceu uma espécie de rivalidade com Mônaco.

Os jogadores, funcionários da Santa Sé, não são nascidos no Vaticano, raro Estado soberano que não é filiado à Fifa. Isso não impede relação institucional, e a federação prometeu cumprir desejo do papa Francisco, um jogo benéfico com estrelas mundiais do esporte. "Ele era fã do nosso lindo esporte", disse o presidente da Fifa, Gianni Infantino. "Posso confirmar que o jogo será disputado em setembro. Francisco estava convencido de que o futebol poderia unir o mundo."

Além de apoiar a midiática Clericus Cup —que reunia seminaristas do mundo todo para um torneio em Roma e foi interrompida na pandemia—, deu seu impulso à formação de um time feminino no Vaticano. A estreia ocorreu há seis anos, em amistoso com o time profissional da Roma. "Mesmo que o resultado seja 30 a 0, não importará", disse à época Danilo Zennaro, representante da ASD —o placar foi 10 a 0. "Tínhamos times masculinos havia décadas. Era justo que as mulheres que trabalham no Vaticano tivessem a chance de jogar."

O Estado de São Paulo

Brasil tem analfabetos demais



Quase um terço da população do País é analfabeta funcional, e só 23% têm altas habilidades digitais. Combinados, esses indicadores escancaram a tragédia brasileira

O percentual de brasileiros de 15 a 64 anos na condição de analfabetos funcionais, termo aplicado a quem mesmo sabendo ler e escrever não consegue interpretar textos ou fazer contas mais complexas, segue em 29%, mesmo patamar de 2018, de acordo com o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), coordenado pela Ação Educativa e pela consultoria Conhecimento Social, em parceria com Fundação Itaú, Fundação Roberto Marinho, Instituto Unibanco, Unesco e Unicef.

Realizado entre dezembro de 2024 e

fevereiro de 2025, o levantamento mostra ainda que entre os jovens de 15 a 29 anos o analfabetismo funcional piorou: era 14% em 2018 e subiu para 16% na leitura mais recente.

A pandemia de covid-19 aparece como uma das razões para a piora no indicador de analfabetismo funcional entre os jovens, já que, no necessário período de isolamento social, muitas pessoas deixaram de frequentar as escolas ou tiveram seu processo de aprendizagem comprometido.

É inegável que a pandemia fez com que várias conquistas humanas andassem para trás em escala global, como de-

monstram indicadores de crescimento econômico e de endividamento das nações. Mas, quando se olha a série histórica do Inaf mais atentamente, chama atenção o fato de o percentual de analfabetos funcionais no País já vir estagnado desde muitos antes da pandemia.

Em 2001, o percentual de brasileiros analfabetos funcionais era de 39%. O índice foi recuando lentamente até a marca de 27% em 2009, que se repetiu nos levantamentos de 2011 e 2015. Em 2018, subiu para os 29% que se repetiram na investigação mais recente.

Ou seja, mesmo antes de a pandemia prejudicar a educação mundo afora, o que ainda não foi superado em vários aspectos, a educação do brasileiro já era um problema.

Não é que não tenha havido avanços nos últimos anos, como demonstram a quase universalização do acesso ao ensino fundamental, bem como a expansão dos ensinos médio e superior. A qualidade, contudo, segue sendo um problema. Mais do que estar na escola, é preciso que esse acesso ocorra com qualidade. É inaceitável que praticamente um terço da população brasileira não tenha condições de interpretar um texto ou de efetuar contas mais complexas, inabilidades que comprometem o cotidiano dos analfabetos funcionais, bem como seu potencial de empregabilidade.

“Os indicadores apontam que estamos diante de um momento gravíssimo. É alarmante saber que apenas 10% da população brasileira seja considerada proficiente em leitura, escrita e matemática. Como enfrentar a desigualdade e ampliar a produtividade com uma população nessas condições?”, questiona o

presidente da Fundação Itaú, Eduardo Saron.

Pois é esse o desafio que o Brasil tem diante de si, e que deveria mobilizar políticos, independentemente de matizes ideológicos, e gestores públicos, uma vez que a economia global é cada vez mais digital e demanda que os cidadãos não apenas dominem o básico do conhecimento tido como tradicional, como também sejam capazes de navegar pelo mundo digital e interagir com ferramentas de inteligência artificial de modo minimamente satisfatório.

Não bastasse o número de analfabetos funcionais ser alarmante, o Inaf também identificou que apenas um em cada quatro brasileiros entre 15 e 64 anos, ou 23% da população, tem nível considerado elevado de habilidade digital. Foi a primeira vez que o levantamento mediu o nível de alfabetização no contexto digital.

Atividades que parecem triviais para alguns, como fazer uma compra online, inscrever-se para um evento por meio de canais digitais ou procurar um filme em uma plataforma de streaming são desafios para uma infinidade de brasileiros.

Além disso, fraudes como a do INSS expõem como é urgente ampliar o chamado letramento digital da população, já que a comunicação com prestadores de serviços e bancos, por exemplo, se dá cada vez mais por canais virtuais.

Faces da mesma moeda, o analfabetismo funcional e a falta de habilidades digitais dos brasileiros exigem que o País promova, ao mesmo tempo, educação básica de qualidade e aprimoramento daqueles que, mesmo alfabetizados em um mundo analógico, vivem às escuras no presente, que já é digital. ●

O Estado de São Paulo

Imigração

Medida que expulsa 18 mil imigrantes de Portugal deve atingir poucos brasileiros

Apesar de brasileiros serem a maioria dos estrangeiros no país, número baixo deve ser afetado, segundo embaixador

ANA LOURENÇO

No sábado, o governo de Portugal anunciou que notificará 18 mil imigrantes em situação irregular para que deixem o país. Segundo o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, a medida começará a

ser implementada já nesta semana, com a emissão de 4.574 notificações iniciais. Os notificados terão prazo de 20 dias para saída voluntária. Passado o período, poderão ser removidos de forma coercitiva.

A decisão ocorre em meio à campanha eleitoral antecipada para o pleito de 18 de maio, sendo o endurecimento das políticas migratórias uma das principais bandeiras da Aliança Democrática, coalizão de centro-direita que busca a reeleição. Os alvos da medida são imigrantes que tiveram seus pedidos de residência negados

pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Aima) por não atenderem aos critérios legais. Muitos desses processos estavam parados havia meses ou anos. Amaro destacou ainda que parte dos afetados já possuía ordens de saída da Europa emitidas por outros países ou teve solicitações rejeitadas por envolvimento em situações criminais.

Em entrevista à rádio portuguesa Observador, Amaro declarou que cerca de dois terços dos 18 mil pedidos são de cidadãos oriundos da Índia, Paquistão, Bangladesh, Nepal e Bu-

tão. O número de notificações pode aumentar, já que Portugal acumula cerca de 110 mil pedidos de residência ainda pendentes de análise. Caso o imigrante tenha cidadania portuguesa ou esteja com o visto de estudante ou de trabalho em situação regular, não há motivo para se preocupar.

BRASILEIROS. A Embaixada do Brasil em Portugal ainda não sabe dizer quantos brasileiros a medida vai atingir. Apesar de os brasileiros representarem a maior comunidade estrangeira no país – cerca de 35% de

1,04 milhão de imigrantes, segundo dados da Aima –, só uma pequena parcela deverá ser afetada, conforme noticiado pelo jornal *Público*. Embaixador do Brasil em Lisboa, Raimundo Carreiro acompanha a situação.

Procurado, ele afirmou que a expectativa é de que o número de brasileiros atingidos seja baixo. “Estou em contato preliminar com a Aima, e a informação é de que o número de brasileiros é baixo, são casos específicos, sem detalhar.”

Artur Girão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Aima, disse, também em entrevista à Rádio Observador, que, após serem notificados, os residentes ilegais podem recorrer do indeferimento dos pedidos, mas que o prazo de 20 dias para deixar voluntariamente o país seguirá correndo durante o trâmite. ●

Veículo
Tamoios News



Técnicas de cópias fotográficas com luz do sol e pigmentos vegetais é tema de palestra e oficina no Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba

O Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba (Macc) recebe nesta quinta-feira (8/5), às 14h, palestra e oficina com a fotógrafa e artista visual Dani Sandrini. A entrada é gratuita e não é necessário realizar inscrição.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Radar Litoral



Obras de contenção de talude e drenagem deixam trânsito com uma faixa no km 77,8 da Serra Antiga da Tamoios

O Posto de Atendimento ao Trabalhador de Caraguatatuba (PAT) está com 151 oportunidades de emprego nesta segunda-feira (5), em diversas áreas de atuação e níveis de escolaridade. As vagas são oferecidas pelo PAT e os currículos são recebidos presencialmente, das 8h às 16h.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Radar Litoral



Centro de Controle de Zoonoses de Caraguatatuba abre 250 vagas do Programa de Castração de cães e gatos na sexta-feira

O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Caraguatatuba abre 250 vagas para agendar avaliação de cães e gatos para o serviço de controle populacional nesta sexta-feira (9), a partir das 8h30.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículo

Tamoios News

Radar Litoral

O Vale

012 News

Repórter Online Litoral

Diário Caiçara



Incêndio atinge lavanderia de residência em Caraguatatuba

Na manhã desta terça-feira (6), um incêndio atingiu a lavanderia de uma residência localizada no bairro Jaraguazinho, em Caraguatatuba – SP.

O Corpo de Bombeiros foi acionado por volta das 11h25 e enviou duas viaturas ao local para conter as chamas. Segundo informações o fogo estava concentrado na área de serviço da casa.

A equipe atuou rapidamente para realizar o combate às chamas e, após a extinção do incêndio, foi feito o rescaldo, sendo deixado o local em segurança.

Não houve vítimas e ninguém ficou ferido. O imóvel foi entregue ao proprietário, que acompanhou o trabalho das equipes no local.

As causas do incêndio ainda não foram informadas e devem ser apuradas.

Veículo
Diário Caiçara



GCM Caraguatatuba auxilia idosa de 86 anos perdida nas ruas da cidade

Na noite da última segunda-feira (05/05), uma moradora de 86 anos, do bairro Morro do Algodão, havia saído de casa à tarde para ir ao Centro.

No retorno, acabou pegando o ônibus errado e desceu no bairro Casa Branca, por volta das 21h.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cultura

Veículo

Portal Notícias do Litoral



Espaço Hartãt exibe documentário premiado sobre povo indígena Xavante no próximo sábado em Caraguatatuba

O Espaço Hartãt, em Caraguatatuba, realiza neste sábado (10/5), às 19h, a exibição do documentário premiado “A serra do roncador ao poente”, que retrata a história, os rituais e a resistência do povo A’uwê Uptabi (Xavante). A sessão é gratuita e as vagas são limitadas.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Turismo e Esporte

Veículo
Jornal do Litoral



Jogos Escolares do Estado de São Paulo começam nesta quinta-feira em Caraguatatuba

Os Jogos Escolares do Estado de São Paulo – JEESP começam nesta quinta-feira (8) em Caraguatatuba. A competição segue até o dia 26 de maio com as modalidades vôlei, futsal e basquete. O JEESP é promovido pelo Governo do Estado de São Paulo, em parceria com o Governo Municipal, por meio das Secretarias de Educação e Esportes.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

03.04.2025

Entrevista com o responsável pela área de dança da Fundacc, Junior Silva, para a TV Câmara.

Pauta: Fundacc reabre inscrição para corpo de baile municipal.



Assista a reportagem completa [aqui](#).